

## RELATO DE EXPERIÊNCIA - CONHECER PARA RESPEITAR

Luciele Siqueira Costa<sup>1</sup>

Mirian Azevedo dos Santos<sup>2</sup>

Dr. José Edivam Braz Santana<sup>3</sup>

**RESUMO:** O presente trabalho tem por finalidade apresentar e fazer reflexões acerca do projeto de intervenção “Conhecer para respeitar”, desenvolvido no âmbito da disciplina “Projeto Social”, do curso de Licenciatura em Geografia, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará- IFCE. O projeto foi implementado em duas turmas de 8º ano do ensino fundamental de uma escola pública municipal de Crateús- CE, durante as aulas de Geografia. A execução do projeto aconteceu com o objetivo de contribuir com a compreensão de elementos sobre a formação histórica e cultural do Brasil que pudessem levar à conscientização dos alunos sobre a importância de respeitar a diversidade étnica que existe no Brasil. Metodologicamente, o trabalho foi estruturado em duas etapas: na primeira foi desenvolvida uma abordagem bibliográfica e na segunda uma abordagem quantitativa. Como fundamentação teórica foram utilizados os seguintes autores: Souza (2018), Munanga (2004), Almeida (2019) e a legislação que torna o ensino da temática obrigatório nas escolas, em particular, a lei 10.639/2003 (BRASIL, 2003). Já na pesquisa quantitativa aconteceu a análise de questionário, que foi aplicado acerca do que foi discutido durante o desenvolvimento do projeto, para assim perceber as aprendizagens dos estudantes. As reflexões presentes nesse relato transitam entre os resultados alcançados, a importância de se trabalhar a educação das relações étnico raciais e a relevância desse projeto para a formação do futuro docente.

**Palavras-chave:** Reflexão; vivência; aprendizagem.

### INTRODUÇÃO

Segundo o Estatuto da Igualdade Racial, é nítido os direitos previstos à população negra brasileira. Mediante isso, é de fundamental importância compreendermos o processo de historicidade dessa população na construção da sociedade, bem como, entendermos a relevância dessa temática no processo de ensino-aprendizagem. Além do Estatuto, temos a lei 10.639/2003 (BRASIL, 2003), que aborda sobre a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira no ensino fundamental e médio. É importante frisar, que mesmo mediante a esses documentos legais, ainda se vê na sociedade um ominoso racismo intrínseco à estrutura social, devido a um processo histórico atroz. Para entender, respeitar e integrar é necessário conhecer. O projeto

---

<sup>1</sup> Graduanda do curso de Licenciatura em Geografia do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Ceará - IFCE / campus Crateús, luciele.siqueira08@aluno.ifce.edu.br

<sup>2</sup> Graduanda do curso de Licenciatura em Geografia do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Ceará - IFCE / campus Crateús, mirian.santos08@aluno.ifce.edu.br

<sup>3</sup> 3 Orientador, Doutor em Educação Matemática e Tecnológica pela Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, edivam.santana@pesqueira.ifpe.edu.br

social implementado, em uma escola municipal da rede pública de ensino da cidade de Crateús- CE, dos alunos do Fundamental II, em específico, turmas de 8º ano “G” e “F”, interveio na busca da disseminação de conhecimento acerca da história e cultura afro-brasileira. É fato que mesmo sendo garantido por lei, o ensino das relações étnico raciais, ainda não existem práticas pedagógicas consolidadas que abordem o tema de forma ampla na educação básica.

Um estudo realizado em 2022 pelo Geledés - Instituto da Mulher Negra e o Instituto Alana Abre aponta que 71% das Secretarias Municipais de Educação realizam pouca ou nenhuma ação estruturada para cumprir a Lei 10.639/2003, que torna obrigatório esse ensino. Os principais entraves mencionados são a dificuldade dos profissionais em transpor o ensino nos currículos e projetos das escolas, além da falta de informação e orientação. De todas as secretarias pesquisadas, 69% afirmam que a maioria ou boa parte das escolas realiza atividades relacionadas ao ensino de história e cultura africana e afro-brasileira apenas durante o mês ou Semana da Consciência Negra.

Nesse sentido, o projeto ora proposto, foi uma forma de trazer para o ambiente da sala de aula discussões acerca da temática – garantindo o cumprimento das leis mencionadas, por meio da proposição de conteúdos, pensamentos e materiais que mostraram de forma mais aprofundada, em particular, a diversidade presente no país, destacando a necessidade de respeitar e integrar o próximo, por meio do debate de questões sobre a miscigenação existente na sociedade brasileira, e com tudo isso contribuir para com uma educação antirracista.

## **REFERENCIAL TEÓRICO**

### **Historicidade dos povos Africanos no Brasil**

Para entender os processos que acontecem no presente é necessário analisar os fatores históricos. No século XV, com o domínio dos europeus sobre territórios africanos e o comércio de escravizados, uma parcela desses escravizados chegaram ao Brasil pelos conhecidos navios negreiros, onde, o trajeto até o território brasileiro foi marcado por atos de desumanidades. Na primeira metade do século XVI, com a produção açucareira, era necessário mão de obra para essa demanda econômica. Segundo Correia (2022, p. 91), “os negros africanos tinham um trabalho penoso e exaustivo, trabalhavam mais de 12 horas por dia: iniciavam entre 4 e 5 da manhã e iam até o anoitecer. As jornadas de trabalho chegavam a durar 15 horas”.

As senzalas eram os locais onde os escravizados ficavam. De acordo com Correia (2022, p. 91), “era um alojamento que existia em muitas antigas fazendas e/ou casas senhoriais”. Era um local completamente insalubre, trancado para evitar as fugas e, ainda, a presença marcante de torturas. Além disso, eram proibidos de manifestar suas crenças. Mesmo diante de todas essas atrocidades, é inegável a resistência desses povos. Aos que fugiam, conseguiam abrigo nos quilombos, locais isolados, o mais escondido possível para não serem achados, local onde podiam ter algo parecido ao que tinham do lugar de suas origens, podiam realizar seus rituais, praticar sua religião e cultura, falarem suas línguas. O mais conhecido era o Quilombo dos Palmares, um dos líderes que ficou marcado foi o Zumbi de Palmares. Mas, infelizmente, as investidas portuguesas eram dantescas para destruir esse quilombo, o qual, chegou ao fim com a expedição do bandeirante Domingos Jorge Velho iniciada em 1692.

Com o passar do tempo, após muita luta e resistência, o Brasil foi aprovando leis como a de Eusébio de Queiróz, que acabou com o tráfico negreiro, em 1850. Também a lei do Ventre Livre, que estabelecia que os filhos dos escravizados a partir do marco estabelecido, que foi 28 de setembro de 1871, teriam liberdade ao nascerem, entre outras. Mas foi apenas em 1888 que chegou ao fim o regime de escravidão, por meio da Lei Áurea. Apesar de todas essas conquistas, problemáticas como o preconceito com as pessoas antes escravizadas acabavam “fechando portas”, deixando à mercê essas pessoas que precisavam ser integradas na sociedade, visto que agora pertenciam ao território brasileiro, o qual, se constituía mestiço em sua composição. E assim, temos a constituição do povo afro-brasileiro, que mesmo na condição de escravizados, refizeram elementos de sua cultura na construção da cultura brasileira, como afirma Souza (2018).

Além disso, se tratando de números, segundo as coletas do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), por meio da Pnad (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios), em 10 anos, o número de pessoas que se declaram como preta e parda aumentou em uma taxa superior à do crescimento do total da população do país. Em 2012, 7,4% dos brasileiros se autodeclararam como pretos, já a porcentagem registrada em 2021 foi de 9,1%. E os pardos aumentaram de 45,6% para 47%.

É necessário respeito para essa parcela da população, seus descendentes embasaram a formação do nosso território, é preciso conhecermos todos esses processos para que venhamos “conhecer para respeitar”. Infelizmente, a sociedade está estruturalmente corrompida por muitos preconceitos e ideologias infundadas, que compreenderemos melhor esses conceitos abordando sobre Racismo Estrutural.

## **Racismo Estrutural**

Antes de abordarmos sobre o conceito de Racismo Estrutural é necessário compreendermos o conceito de Racismo. Ele foi alvo de diferentes interpretações, antes era abordado a partir do conceito de raça. Segundo Munanga (2004), “é crença na existência de raças naturalmente hierarquizadas pela relação intrínseca entre o físico e moral, o físico e o intelecto, o físico e o cultural”. Isso, por muito tempo, foi utilizado para determinar que a raça branca era superior à raça negra.

Ele ainda retrata, que essa concepção conseguiu perdurar no “imaginário coletivo”. Dada essa introdução, podemos refletir sobre o conceito de Racismo estrutural, o qual, segundo Almeida (2019) declara:

[...] é parte da ordem social. Não é algo criado pela instituição, mas é por ela reproduzido. [...] a estrutura social é constituída por inúmeros conflitos – de classe, raciais, sexuais etc. –, o que significa que as instituições também podem atuar de maneira conflituosa, posicionando-se dentro do conflito. Em uma sociedade em que o racismo está presente na vida cotidiana, as instituições que não tratarem de maneira ativa e como um problema a desigualdade racial irão facilmente reproduzir as práticas racistas já tidas como “normais” em toda a sociedade. É o que geralmente acontece nos governos, empresas e escolas em que não há espaços ou mecanismos institucionais para tratar de conflitos raciais e sexuais. Nesse caso, as relações do cotidiano no interior das instituições vão reproduzir as práticas sociais corriqueiras, dentre as quais o racismo, na forma de violência explícita ou de micro agressões – piadas, silenciamento, isolamento etc. Enfim, sem nada fazer, toda instituição irá se tornar uma correia de transmissão de privilégios e violências racistas e sexistas. (ALMEIDA, 2019 p. 32)

O racismo estrutural está intrínseco à estrutura da sociedade por conta de formas que legitimaram, que justificaram o racismo durante muito tempo, tornando um conceito ideológico, que permanece enraizado no intelecto das pessoas. Em vista disso, é de extrema importância se trabalhar, estudar, conhecer essa temática, sobretudo nas escolas, para se entender a gravidade dela e buscar meios de desenraizar da mente da humanidade.

## **A importância da Educação Étnico Racial**

A luta contra o racismo no Brasil ainda trilha caminhos tortuosos. O silêncio sobre a natureza das relações étnico raciais por um longo período, a crença no mito da democracia racial exprime o processo de invisibilidade ou visibilidade estereotipada da população. Ao longo da construção do sistema educacional brasileiro, a seleção e estruturação dos conteúdos escolares foi organizada em uma perspectiva eurocêntrica, na qual a visão da população branca foi priorizada em detrimento das outras etnias e

culturas. Assim, não existe a representatividade necessária nos conteúdos lecionados daqueles que têm grande importância na construção do nosso país, africanos e indígenas, sendo eles a maior parte da população.

De acordo com o antropólogo, professor da Universidade de São Paulo (USP), Kabengele Munanga, para que aconteça a mudança é necessário a desconstrução do mito da superioridade branca e da inferioridade negra e ameríndia que atravessa todos os campos da educação, informação e imagem, reproduzidas cotidianamente e interiorizadas por toda a sociedade. Dessa forma, o espaço escolar tem grande importância nessa desconstrução, já que é o lugar apropriado para formação de jovens críticos e conscientes. Assim, a importância de se trabalhar a educação das relações étnicas raciais encontra-se justamente nesse ponto.

Por meio do debate do tema nas salas de aula é possível garantir que as diferentes culturas sejam ensinadas, ampliando o conhecimento dos alunos acerca da cultura brasileira, já que "a formação cultural do Brasil se caracteriza pela fusão de etnias e culturas, pela contínua ocupação de diferentes regiões geográficas, pela diversidade de fisionomias e paisagens e também pela multiplicidade de visões sobre a miscigenação em sentido amplo[...]" (Souza apud Munanga, 2005 p.7). Além disso, ao ampliar esse conhecimento dos discentes é uma forma também de combater o preconceito, que na maioria das vezes encontra-se enraizado no inconsciente e na subjetividade que acaba se expressando em ações e atitudes discriminatórias.

### **Leis sobre a obrigatoriedade do Ensino da temática da Educação das Relações Étnico-raciais**

“Só a própria educação é capaz de desconstruir os monstros que criou e construir novos indivíduos que valorizem e convivam com as diferenças" (Munanga apud Instituto Unibanco, 2020). A emblemática fala de um dos principais estudiosos das relações étnico raciais, prognostica que apenas a prática educativa tem o poder de desconstruir imagens estereotipadas e discriminatórias da população negra. Todavia, é fato que sem uma ação que coloque a representatividade, o racismo, e a diversidade e outros temas em debates alinhados com sujeitos historicamente excluídos, não é possível colocar a discussão das relações étnicos raciais no centro do processo de construção curricular. E assim a escola continuaria sendo apenas mais um espaço de reprodução da desigualdade racial.

É nesse contexto que no ano de 2003 é sancionada a lei de número 10.639. Vale ressaltar inserção dessa lei no contexto brasileiro não é algo espontâneo, pelo contrário, ela é resultante da atuação de políticos e, principalmente, da pressão exercida por grupos de defesa dos direitos dos negros. Essa lei trata da obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira no currículo escolar, trazendo um grande avanço na superação dos preconceitos contra os descendentes africanos, reconhecendo sua cultura, sua história e a contribuição para a formação da nossa cultura. Assim a obrigatoriedade do trabalho com a temática nas escolas representa um novo caminho para a desmistificação de alguns pensamentos e preconceitos construídos sobre os afrodescendentes.

Entretanto, apesar de existir essa base legal, estabelecida pela lei 10.639/2003, que aponta a obrigatoriedade da inclusão do ensino de história e cultura afro-brasileira na educação básica, vinte anos se passaram da promulgação e ainda existem entraves que fazem com que a lei não seja efetivada com seriedade por parte dos sistemas educacionais, considerando a priorização em datas comemorativas, principalmente no dia da consciência negra, em novembro.

## **METODOLOGIA**

O projeto social foi desenvolvido em turmas de 8º ano do ensino fundamental de uma escola pública, da cidade de Crateús-ce, durante 4 aulas de Geografia, 2 aulas na turma 8º ano “F”, e as outras 2, no 8º ano “G”. Foi estruturado em três etapas.

Na 1ª etapa, fizemos uma abordagem teórica sobre a historicidade da construção do nosso país e a contribuição fundamental da população africana na composição da população afro-brasileira. Posteriormente, realizamos a 2ª etapa, que foi a confecção da boneca Abayomi, uma boneca que carrega um grande valor simbólico de resistência desses povos. Seu contexto está fortemente ligado a movimentos sociais muito importantes, como a organização do 1º Encontro Nacional de Mulheres Negras, no Rio de Janeiro, em 1987, e também, a marcha de 1988, que paralisou o Rio de Janeiro, visto ser o marco de 100 anos de abolição da Escravatura. Essa confecção visou fixar, através da arte, a importância de respeitar esses povos diante do que viveram e enfrentam na sociedade, e de como sua cultura é rica e diversa, além de bastante presente na cultura brasileira.

Na 3ª etapa foi realizado um “Quiz” acerca do que foi trabalhado na aula. Esse Quiz, foi realizado somente com a turma do 8º ano “G”, pois na outra turma não foi possível, por conta de alguns problemas técnicos na apresentação. Os resultados desse quiz serviram de base quantitativa para a análise da compreensão dos estudantes acerca da temática discutida no projeto.

## RESULTADOS E DISCUSSÕES

A vivência do projeto aconteceu em duas turmas diferentes, sendo 8º F e G, assim foram alcançados resultados diferentes. Inicialmente, foi feita uma abordagem teórica sobre a historicidade da construção do nosso país e a contribuição fundamental da população africana na composição da população afro-brasileira e sobre a obrigatoriedade do ensino étnico racial, representado pela figura 1.

**Figura 1** - Momento inicial da abordagem acerca dos povos afro-brasileiro, no 8º F



**Fonte:** Acervo pessoal, 2023

Durante esse momento foi perceptível a atenção das turmas voltadas para o que estava sendo explicado, assim foi possível manter uma comunicação razoável, o que possibilitou uma interação com os mesmos sobre o conteúdo. Na segunda etapa, sendo essa a construção da boneca, foi possível perceber também um bom envolvimento dos alunos, apesar da empolgação para terminar logo a confecção, eles colaboraram na explicação do passo a passo, figura 2.

**Figura 2** - Explicação do passo a passo para a construção da boneca, no 8º F



**Fonte:** Acervo pessoal, 2023

Na segunda etapa, sendo essa a realização do “Quiz” com as turmas, apesar de ter sido perceptível a falta de interesse de alguns, conseguimos um bom rendimento das turmas neste instrumento avaliativo. No total, 29 alunos responderam e os resultados podem ser observados na tabela 1.

**tabela 1** - resultados da aplicação do Quiz

RESULTADOS				
9	3	7	8	9
9	4	8	9	9
9	5	8	9	9
7	4	8	9	7
9	7	8	9	9
7	7	8	9	

**Fonte:** acervo pessoal, 2023

A tabela está posta de modo simples: dentro dela estão contidos os resultados das respostas fornecidas pelos 29 estudantes a respeito do Quiz, que totalizavam 10 questões sobre . Por exemplo, na primeira célula está a quantidade de acertos do primeiro estudante, no caso 9, e do lado, do segundo aluno, com 3, e assim consecutivamente.

A partir da implementação do projeto, podemos fazer várias reflexões acerca da profissão docente. Acreditamos ter contribuído com uma experiência relevante para os alunos, visto que sua maioria demonstraram interesse com a temática, a qual é de suma importância de ser debatida, já que o processo histórico atroz da população negra deve

ser discutido com seriedade para que, assim, o racismo estrutural existente, seja combatido, enfrentado no cotidiano.

A confecção da boneca, foi uma experiência muito proveitosa, esse contato direto deles, produzindo, foi muito importante posto a empolgação dada na produção, além do fato de que a maioria dos resultados do quiz foram positivos, o que nos dar um certo retorno de que possa ter ficado marcado algo na aprendizagem dos alunos, por mais ínfimo que pareça. É importante frisar a disposição da professora das turmas para que o projeto fosse implementado, posto que, é de seu conhecimento a importância dessa temática ser debatida em sala, o que passou confiança para conseguirmos atingir os objetivos do projeto, mesmo diante dos contratemplos, conseguimos um bom desempenho.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A vivência do projeto social “Conhecer para respeitar” no processo de ensino aprendizagem das turmas de 8º anos, foi imprescindível para ampliação do conhecimento dos discentes acerca da história, cultura e memória dos povos afro-brasileiros. De maneira geral, quando os conteúdos são trabalhados na forma de projetos proporcionam situações de aprendizagem significativas em que os alunos participam ativamente na construção do conhecimento, tornando o processo educacional uma prática mais dinâmica, contextualizando, experimentando.

Dessa forma que foi trabalhado o conteúdo acerca da historicidade dos povos africanos, com o resultado do “Quiz” educativo, que foi aplicado após a abordagem teórica, foi possível perceber a aprendizagem significativa da turma sobre o que foi discutido. Além disso, outro fator primordial foi refletir sobre a real história e importância da boneca abayomi, enquanto símbolo da cultura afro-brasileira, e permitir a produção da boneca.

De maneira geral, possibilitar o conhecimento sobre a real história dos africanos e afro-brasileiros, e as contribuições desses povos para a construção cultural do nosso país, é extremamente necessário, já que muitas vezes a história é trabalhada de maneira eurocêntrica, o que pode gerar desconhecimento acerca dos verdadeiros fatos.

## **REFERÊNCIAS**

ALMEIDA, S. L. de. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro, Pólen, 2019.

**BRASIL**. Desenvolvimento Intelectual, São Paulo, v.14, n.14, p. 89-94, fevereiro, 2022. Disponível em: <https://revistaintelectual.com.br/wp-content/uploads/2022/08/6ed-Revista-Desenvolvimento-Intelectual-FEVEREIRO-2022.pdf#page=89> . Acesso em: 19 de outubro de 2023

**BRASIL. LEI 10.639, 9 de janeiro de 2003**. Dispõe sobre a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e altera a lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Diretrizes e Bases da Educação Nacional). Diário Oficial da União: Brasília, DF, 2003. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/110.639.htm#:~:text=L10639&text=LEI%20No%2010.639%2C%20DE%209%20DE%20JANEIRO%20DE%202003.&text=Alterar%20a%20Lei%20no,%22%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAs](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm#:~:text=L10639&text=LEI%20No%2010.639%2C%20DE%209%20DE%20JANEIRO%20DE%202003.&text=Alterar%20a%20Lei%20no,%22%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAs).

COMETTI, A. **Artesã revela a real história das bonecas Abayomis que serão tema de desfile**.

A Gazeta, 2022. Disponível em:

<https://www.agazeta.com.br/colunas/ziriguindum/artesa-revela-a-real-historia-dasbonecas-abayomis-que-serao-tema-de-desfile-0322> . Acesso em: 02 de novembro 2023.

CORREIA, G. S. V. **A CHEGADA E O PERCURSO DOS POVOS AFRICANOS NO**

**Dez perguntas e respostas sobre o trabalho com as relações étnico-raciais na escola**. Nova escola, 2023. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/19872/consciencia-negra-10-perguntas-erespostas-sobre-o-trabalho-com-as-relacoes-etnico-raciais-na-escola>. Acesso em 25 de outubro de 2023.

**Desigualdade Racial na educação Brasileira: Um guia completo para entender e combater essa realidade**. Portal Geledés, 2020. Disponível em: [Desigualdade racial na educação brasileira: um Guia completo para entender e combater essa realidade \(geledes.org.br\)](https://geledes.org.br) Acesso em: 20 de setembro de 2023

GOMES, N. L. **Relações Étnico- racial, educação e descolonização dos currículos.** Currículo sem fronteira, v.12, n.1, p. 98-109, 2012. Disponível em: Google Sala de aula. Acesso em 25 de outubro de 2023.

**Lei 10.639 sobre ensino de história e cultura afro-brasileira não é cumprida em 71% dos municípios brasileiros, aponta pesquisa de Geledés e Instituto Alana.** Instituto Alana, 2023. Disponível em: <https://alana.org.br/lei-10639-ensino>. Acesso em: 19 de outubro de 2023.

MUNANGA, K. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo e etnia.** Programa de educação sobre o negro na sociedade brasileira. Niterói: EDUFF, 2004.

MUNANGA, K. **Superando o racismo na escola**, 2º edição. Brasília, Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. Acesso em: 15 de novembro de 2023.

**O papel da escola no enfrentamento ao racismo.** Instituto Unibanco, [ s. d].

Disponível em:

<https://observatoriodeeducacao.institutounibanco.org.br/emdebate/conteudo-multimidia/detalhe/educando-para-a-diversidade-o-papel-da-escola-no-enfrentamento-do-racismo#>. Acesso em: 20 de outubro de 2023.

SOBRAL, L. **A luta contra o racismo também começa na escola.** Blog Escola Viva, 2022. Disponível em: [www.google.com.escolaviva.com.blog.a-luta-contr-o-racismotambem-comeca-na-escola](http://www.google.com.escolaviva.com.blog.a-luta-contr-o-racismotambem-comeca-na-escola). Acesso em: 18 de outubro de 2023.

SOUZA, J. C. S. e. **História da África e Cultura afro-brasileira: desafio e possibilidades no contexto escolar.** Educação Pública, Rio de Janeiro, 2018.

Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/18/22/historia-da-frica-ecultura-afro-brasileira-desafios-e-possibilidades-no-contexto-escolar> . Acesso em: 19 de outubro de 2023.

**Veja o passo a passo para construir sua boneca Abayomi.** SP Leituras- Organização Social de Cultura, 2021. Disponível em: <https://spleituras.org.br/noticia/veja-o-passo-a-passo-para-construir-sua-bonecaabayomi>

Acesso em: 18 de outubro de 2023.